

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PAEG E SUA POLÍTICA FISCAL:  
UM ESTUDO ANALÍTICO.**

LUÍS FERNANDO ALVES BALBI

Matrícula nº: 108019216

ORIENTADOR: Prof. Carlos Pinkusfeld

ABRIL 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PAEG E SUA POLÍTICA FISCAL:  
UM ESTUDO ANALÍTICO.**

---

LUÍS FERNANDO ALVES BALBI

Matrícula nº: 108019216

ORIENTADOR: Prof. Carlos Pinkusfeld

ABRIL 2013

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)*

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Auxiliadora Teixeira Alves.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva divina de viver.

Em seguida, a minha mãe, por sua força e dedicação ao me educar, possibilitando através de seu amor e carinho minha formação intelectual e moral.

Sou grato ao Professor Carlos Pinkulsfeld por seu apoio e orientação na hora necessária.

À minha família pelo porto seguro que representam em minha vida.

À minha namorada, Stephanie, pela demonstração de companheirismo e amizade.

À família Cachapuz pelo incentivo de grande valor.

Aos meus companheiros de carreira Lucas Cachapuz e William Dominice, pela confiança e amizade.

E por fim, a UFRJ, pela oportunidade de um ensino público e de qualidade.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta como objetivo central a análise da elaboração e implementação do Plano de Ação Econômica do Governo, bem como o exame mais detalhado da execução de sua política fiscal.

Para tanto, será realizado, com intuito de fundamentar a análise descrita acima, uma revisão teórica sobre a inflação. Tal revisão terá caráter descritivo, estabelecendo o ponto de partida para a posterior compreensão do diagnóstico inflacionário no qual se originou as diretrizes de aplicação do PAEG.

Sendo assim, se constituirá um desenvolvimento analítico acerca do contexto e período histórico, bem como dos objetivos anti-inflacionários, ao qual o Plano se estruturou. Tendo ainda como ponto chave, o exame da política fiscal implementada e de seus respectivos resultados.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – Teorias sobre Inflação .....</b>	<b>11</b>
I.1 - A teoria Monetarista .....	11
I.2 - Teoria Keynesiana .....	14
I.3 - Teoria Estruturalista .....	16
I.4 - Teoria da Inflação Inercial.....	17
<b>CAPÍTULO II – Elaboração e Implementação do PAEG.....</b>	<b>20</b>
II.1 - Contexto Histórico .....	20
II.2 - PAEG: Objetivos e Execução .....	21
II.3 - Impactos e alcance dos objetivos do Plano .....	23
<b>CAPÍTULO III - Política Fiscal no PAEG.....</b>	<b>26</b>
III.1 - Estratégia e Objetivos .....	26
III.2 - Execução e Impacto da Política Fiscal.....	28
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer!”

*Mahatma Gandhi*

## INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta em seu processo de formação econômica, principalmente durante o século XX, uma série de momentos históricos, em que as diretrizes de ação da política econômica refletiram de forma direta os movimentos do poder político.

Cada figura política, ou grupo de representação política, estabeleceu, em menor ou maior grau, características de política econômica que construíram, e vem construindo o perfil econômico do Brasil.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política econômica de um determinado período histórico brasileiro, bem como seus efeitos e implicações sobre o processo de estabilização inflacionária. Tal política econômica pode ser denominada de forma geral como Plano de Ação Econômica do Governo, e tal período histórico é caracterizado pelo regime de exceção imposto em 1964.

De maneira a estabelecer uma âncora teórica para a análise do diagnóstico inflacionário, elaboração e aplicação do Plano, este trabalho terá como ponto de partida a revisão das principais correntes teóricas sobre inflação. Assim, o primeiro capítulo terá como enfoque a descrição de maneira generalista das teorias inflacionárias. É importante, entretanto, ressaltar que não é objetivo principal do trabalho adentrar por certos caminhos e debates que permeiam as teorias acerca da inflação, sendo assim, o capítulo terá como norte, a exposição teórica de maneira descritiva e associativa.

Após feita tal abordagem de revisão das teorias inflacionárias, o segundo capítulo analisará o que foi o Plano de Ação Econômica do Governo, também apelidado de PAEG. A análise terá como foco principal, não só o contexto histórico que levou a elaboração do mesmo, mas também os objetivos e critérios de execução, estruturados a partir de um diagnóstico inflacionário apresentado pelo então ministro Roberto Campos, em que se estabelecem como as bases da causa do processo inflacionário vigente no período, os déficits governamentais e a contínua pressão salarial. Assim, o capítulo analisará os mecanismos de combate à inflação mediante a aplicação de políticas fiscal, monetária e salarial.

De forma complementar, o terceiro capítulo irá apresentar mais detalhadamente a eficácia da política fiscal, não só analiticamente, mas também através de alguns dados quantitativos disponíveis sobre o período. De tal modo, poderá se assumir uma posição

argumentativa em respeito à política fiscal restritiva adotada, bem como sobre sua relativa eficiência no combate a inflação.

Enfim, este trabalho irá tecer bases argumentativas a fim de analisar o plano de combate à inflação estruturado e executado durante o primeiro período de governo militar pós-revolução de 64. Analisar-se-á também de maneira mais detalhada a política fiscal, no intuito de se estabelecer, através de análises qualitativas e quantitativas, argumentos que direcionem o posicionamento de compreensão de uma política eficiente ou não.

## **CAPÍTULO I – Teorias sobre Inflação**

O conceito de processo inflacionário ainda hoje é alvo de debates e divergências tanto pelos agentes responsáveis pela aplicação das políticas econômicas, como pelo meio acadêmico de maneira geral. Ao longo da história do desenvolvimento do pensamento econômico tal tema vem sendo questionado e estudado por grandes autores teóricos da economia.

De tal forma, no intuito de esclarecer o objetivo do presente capítulo, é importante expor que o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado durante o governo militar do marechal Castello Branco, teve como sua diretriz de política econômica a estabilização do processo inflacionário.

Assim, o ponto de partida do presente trabalho será a análise de maneira geral das principais correntes teóricas inflacionárias, tendo por objetivo fundamentar a compreensão do diagnóstico acerca da dificuldade de estabilização e controle da alta dos preços a que o Brasil vivenciava em tal período.

A organização analítica do capítulo será estruturada a partir de conceitos utilizados por cada corrente teórica. Diferentemente da forma de exposição utilizada por REGO, J.M; MAZZEO, L. e FREITAS, E.(1986) “Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória”, In: Rego (org), em que apresentam-se dois grupos teóricos, o primeiro como de aceleração da inflação, e o segundo como de manutenção da inflação, optar-se-á por uma estrutura mais sintética em que as teorias serão expostas da seguinte forma: Monetarista, Keynesiana, Estruturalista e Inercial.

### ***1.1 - A teoria Monetarista***

O ponto inicial para a compreensão da teoria monetarista é estabelecido pela Teoria Quantitativa da Moeda. Tal teoria pode ser primeiramente analisada por sua importância histórica no estudo do processo de demanda e oferta por moeda.

Como explica CARVALHO (2002: 29):

“ As discussões monetárias nos séculos XVIII e XIX estiveram relacionadas à necessidade (ou não) de um controle monetário e creditício mais efetivo, sendo que por detrás desta discussão estava a causalidade entre oferta de moeda, nível de preços e crescimento do produto. A

evolução do pensamento econômico, na área da teoria monetária, esteve relacionada diretamente ao desenvolvimento do sistema monetário e financeiro, passando da moeda metálica para o papel-dinheiro, até alcançar o dinheiro creditício. Tal evolução exigiu continuamente uma revisão na teoria monetária.”

Grandes autores como Marx, Hume, Ricardo, Locke, entre diversos outros estabeleceram estudos referentes ao caráter monetário da economia. Assim, a TQM foi sendo desenvolvida ao longo de tais formulações e debates. Como demonstra Rego (1986), John Locke em seu estudo *Consequences on the Lowering of Interest and Raising the Value of Money*, estabeleceu o conceito e importância da velocidade da moeda. Segundo ele o valor da moeda não dependia somente da presença ou ausência adequadas da moeda em relação às demais mercadorias disponíveis, mas também da velocidade de circulação. E ainda, Hume em 1752, desenvolve em seu *Political Discourses*, que o preço é uma relação entre quantidade de moeda e a quantidade de mercadorias, podendo variar devido a mudanças nos níveis de qualquer uma dessas duas variáveis.

Ainda segundo REGO (1986: 13):

“... a teoria quantitativa da moeda foi esboçada por inúmeros economistas como uma relação de proporcionalidade mais ou menos precisa entre a oferta de meios de pagamento e o nível geral de preços.”

Foi através do autor Irving Fisher, em seu livro de 1911, *The purchasing Power of Money*, que tal teoria tomou as dimensões de marco teórico histórico. O Autor estabeleceu uma identidade entre o total de pagamentos em moeda e o total de bens e serviços transacionados. Assim, desenvolveu que o valor total dos bens e serviços comprados é igual ao total de moeda paga nas transações. De tal conceito derivou-se a equação de troca, uma forma matemática para apresentar o exposto acima.

$$MV = PT$$

Em que, M representa a quantidade de moeda em circulação; V a velocidade de circulação da moeda; P os preços correspondentes dos bens e serviços e T a quantidade de transações físicas de bens e serviços.

Após esta, uma versão modificada foi introduzida, em que se substitui o volume total de transações reais na economia pelo PIB.

$$MV = Py$$

Através de tal equação desenvolve-se a clássica teoria quantitativa da moeda. CARVALHO (2002: 32) a descreve da seguinte forma:

“Em síntese, a teoria quantitativa diz que – uma vez que a velocidade de circulação e o volume de comércio sejam constantes – um aumento na quantidade de moeda em circulação faz com que os preços aumentem na mesma proporção. A TQM se apoia, portanto, na ideia fundamental de que a moeda não tem nenhum poder de satisfazer os desejos humanos, exceto o poder de comprar bens e serviços. A moeda é apenas um meio de troca usado como ponte do hiato entre recebimentos e gastos dos agentes.”

Assim, a partir de tal definição, cabe o prosseguimento para a compreensão da teoria monetarista em si. Como expõe REGO (1986: 14):

“Aceitar a equação de trocas não é ser monetarista. Ser monetarista é aceitar a teoria quantitativa da moeda (derivada da equação de trocas), ou seja, aceitar que a oferta de moeda é exógena, que a velocidade-renda da moeda é constante e que os preços aumentam em função do aumento na quantidade de moeda na economia mais que proporcional ao aumento do produto.”

Desta maneira, continuando com a visão de REGO (1986), a única causa da inflação para o monetarista é a expansão dos meios de pagamento além do necessário, em função do crescimento do produto real. Sendo assim, na economia tradicional, tendo como representantes contemporâneos os neoclássicos e monetaristas, a teoria quantitativa da moeda explica todo o processo inflacionário.

Milton Friedman foi o principal teórico monetarista. O modelo expositivo de Friedman tem como sua base teórica a tradicional TQM na versão de Cambridge. Três conceitos são centrais em suas hipóteses, a existência da taxa natural de desemprego, curva de Phillips, e a formação das expectativas adaptativas (CARVALHO, 2002).

A taxa natural de desemprego pode ser definida como a taxa em que o mercado de trabalho encontra-se equilibrado dado às características estruturais e institucionais da economia. De tal maneira que em uma economia que possua a taxa de desemprego igual a natural, existe somente o desemprego friccional e o desemprego voluntário. Sendo a ocorrência do primeiro devido ao trânsito do trabalhador de um posto de trabalho a outro, e a ocorrência do segundo, a decisão do não trabalho por parte do trabalhador por achar que o salário real não está no nível desejado.

A curva de Phillips foi inicialmente um trabalho meramente empírico de A. W. Phillips, em que ao estabelecer um gráfico, descobre uma relação inversa entre a taxa de variação dos salários nominais e a taxa de desemprego. Samuelson e Solow replicaram tal estudo relacionando a inflação com a taxa de desemprego. Inicialmente, tal curva foi relacionada à corrente Keynesiana, entretanto Friedman ao readapta-la, estabelece uma ligação entre a curva de Phillips e as expectativas adaptativas.

Assim, uma das principais hipóteses da teoria monetarista é a de que os agentes possuem expectativas adaptativas, ou seja, que as expectativas de preço de tais agentes são formadas com base exclusivamente nas informações do passado, tendo como consequência de tal processo o fenômeno da ilusão monetária.

CARVALHO (2002) descreve que ao partir-se de uma situação de equilíbrio em que o estoque de moeda esteja constante por vários períodos passados, uma expansão monetária será capaz de provocar uma redução da taxa corrente de desemprego em relação a natural. Pois havendo uma expansão monetária, os empresários terão condição de oferecer um salário nominal a níveis mais elevados, sendo assim os trabalhadores desempregados voluntários, terão por ideia que um salário nominal mais elevado, representa salários reais mais altos. Tal ideia é baseada que, em suas expectativas, dado a observação do passado, não haverá inflação. De tal maneira, trabalhadores antes desempregados voluntariamente irão aceitar postos de trabalho diante do novo salário esperado. Assim como consequência da medida de expansão monetária a economia terá em um primeiro momento uma taxa corrente de desemprego menor do que a taxa natural, entretanto haverá uma decepção das expectativas. É importante esclarecer que a teoria monetarista considera que um aumento do salário nominal não se perpetua em um aumento real pelo fato dos preços estarem crescendo em função do aumento do estoque de moeda. Desta maneira, os trabalhadores ao realizarem o ato da compra perceberão que não houve aumento do salário real, e que na verdade sofreram uma ilusão monetária. Desfeita tal ilusão trabalhadores decidirão por retornar o desemprego voluntário, tendo como consequência a retomada da taxa de desemprego.

Como conclusão o modelo monetarista implica que a inflação é função direta da expansão monetária, tendo uma política monetária efeito somente no curto prazo sobre o trabalho, e no longo prazo se tornaria neutra, somente alterando as variáveis de forma nominal.

## ***1.2 - Teoria Keynesiana***

A teoria keynesiana, cuja base obviamente apresenta a obra de John Maynard Keynes como fundamento, não se concebe em forma de uma corrente homogênea de autores. Apresenta, pelo contrário, algumas correntes de pensadores keynesianos cujas ideias divergem em pontos como o conceito inflacionário e a aplicação de política monetária.

Keynes em sua obra reflete uma teoria em que a inflação ocorre quando dado um volume de produção, tal sendo fixo no curto prazo, o governo aplica um aumento de suas despesas, sem, que de tal modo, a despesa privada seja reduzida de forma correspondente, ocasionando um aumento da despesa agregada. Com um aumento da despesa agregada, o valor da produção deve ter um aumento em mesmo montante, dado que a despesa agregada e o valor da produção são uma identidade. Assim, sendo o volume de produção fixo, o aumento do valor da produção para o equilíbrio da identidade, será dado pelo aumento do índice de preços.

Contudo é importante destacar que o valor da produção apresenta uma identidade com a renda agregada, desta forma, um aumento do valor da produção corresponderá a um aumento da renda agregada. Tal aumento consistirá parte em aumento de salários e parte em um aumento dos lucros, o que ocasionará um aumento da despesa privada. Ao assumir a disposição do governo em manter de forma real seu nível de despesa, tal despesa irá aumentar na proporção do aumento do índice de preços, recomeçando o processo de forma continuamente infinita, gerando um movimento ininterrupto de aumento de preços, o que pode ser chamado de espiral salários-preços (REGO, 1986).

É importante destacar que Keynes estabeleceu uma nova visão quanto ao caráter clássico no papel da moeda. O Autor insere na economia o conceito de não neutralidade da moeda, quebrando assim o conceito clássico quantitativista da TQM, em que a velocidade de circulação da moeda é constante. Como destaca Pereira e Nakano (1984: 12), “A velocidade da moeda pode variar no curto prazo, conforme lembrou Keynes, em função do motivo especulação, e no longo prazo em função de mudanças nos fatores institucionais, ...”.

De tal maneira Keynes institui que a moeda além de atuar como meio de troca, desempenha o papel de reserva de valor. A moeda, para ele, detém algo chamado de prêmio de liquidez, em que possui a característica de maior prêmio pela liquidez dentre outros ativos. Introduzindo a ideia de que, diante de ambientes de incerteza os agentes tenderão a ter um comportamento de demanda por segurança e flexibilidade, assim, como consequência os agentes reterão moeda, uma vez que tal representa segurança e liquidez.

Diante de tais conceitos, que introduziram uma nova visão na história econômica, vários desdobramentos das teorias de Keynes surgiram. Como exposto do começo da presente seção, dentro do conjunto existente das correntes keynesianas, há uma denominada síntese neoclássica que se desenvolveu o argumento teórico representado pela curva IS-LM. Não será o objetivo aqui expor tal desenvolvimento, apenas o destaque de economistas que diante do contexto desta formulação, estruturaram a partir dos estudos empíricos de A. W. Phillips, uma

relação entre inflação e desemprego. Samuelson e Solow, denominados também como economistas velho-keynesianos, a partir do estudo de Phillips, no qual se demonstrou uma relação inversa entre a variação dos salários nominais e desemprego, refizeram tal estudo, relacionando a inflação com a taxa de desemprego. Batizaram como Curva de Phillips e encontram também uma relação inversa entre inflação e desemprego. Assim estabeleceram que haveria um dilema de escolha para a sociedade, entre um nível de desemprego e um nível de inflação.

### ***1.3 - Teoria Estruturalista***

A teoria estruturalista, como explicita PERINGER (1985), tem como base de seu surgimento estudos realizados, na década de 50, por economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em que, diante de uma preocupação acerca da inflação secular dos países em desenvolvimento, particularmente a chilena, desenvolveram um teoria inflacionária original, frente as teorias até então em uso para explicar e tratar os problemas inflacionários de seus países.

De tal modo, os estruturalistas consideraram a inflação, como apontado por REGO (1986), um fenômeno endógeno, ou seja, estabeleceram que sua origem não estava na pura e simples emissão de moeda, mas sim na própria estrutura e dinâmica da economia, e destacaram que tal fenômeno era inerente ao padrão de acumulação vigente. E ainda, que, em países subdesenvolvidos, a inflação teria em sua origem, as imperfeições de mercado, no qual se traduziriam em pontos de estrangulamento setoriais de oferta, causados principalmente, ou por um aumento repentino de demanda, ou por uma queda inesperada da produção.

Em termos mais detalhados, para a teoria estruturalista, o aumento autônomo dos preços, é dado, diante das imperfeições de mercado, pela limitação à capacidade de importar e pela inelasticidade da oferta no setor agrícola.

Lopes (1979), descreve que, devido a um processo de industrialização e transferência de população do campo para as cidades, existiria pressão sobre uma oferta relativamente rígida de produtos agrícolas, havendo assim uma estrutura que forçaria uma alteração dos preços relativos em favor da agricultura, no qual refletiria em aumentos generalizados de preços. Sendo, tal rigidez da oferta agrícola, explicada em função da estrutura de propriedade na agricultura e de uma impossibilidade de obtenção de produtos agrícolas no exterior, devido à limitada capacidade de importação da economia.

Tal limitação de capacidade para importar, vis-à-vis a demanda por importações gerada pela industrialização seria também responsável por uma pressão inflacionária adicional, via desvalorização cambial, ou via diminuição de produtos antes importados.

Ainda segundo REGO (1986), no que tange o mecanismo de propagação da alta dos preços, quando há a ocorrência de aumento de preços em um determinado setor da economia, a tendência é que não seja observada a rápida volta de tais preços ao nível inicial, justamente pela dificuldade de ocorrer um rápido aumento de oferta. Assim, tais níveis de preços permaneceriam por tempo suficiente para obrigar os demais setores da economia a também aumentarem seus preços, se não quiserem ter seus lucros ou salários reduzidos. Diante de tal efeito propagação, observa-se que a alta generalizada de preços desencadeia o processo inflacionário.

#### ***1.4 - Teoria da Inflação Inercial***

A teoria da inflação inercial tem em seu surgimento as ideias de economistas brasileiros que frente aos constantes insucessos de políticas anti-inflacionárias, nas décadas de 60 e 70, apresentam uma nova forma de interpretação quanto ao caráter autônomo da inflação.

Tal teoria lança a ideia de que:

“(…) nos processos inflacionários crônicos e elevados, existe um componente dominante de inércia em que a causa principal da inflação passa a ser a inflação passada, independentemente das expectativas, e, sim, em função do conflito distributivo, através do qual os agentes econômicos procuram, numa atitude defensiva, manter a sua participação relativa na renda.

“A tendência da inflação inercial, assim, é permanecer constante: os preços sobem hoje porque subiram ontem, configurando-se um processo dessincronizado em que todos correm para ficar no mesmo lugar.” (Rego, 1986, p.37).

No texto, *Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação*, que pode ser considerado o texto-base no qual se deu o desenvolvimento da teoria inercial, os autores Bresser Pereira e Nakano, elaboraram sua estrutura teórica de forma a apresentar fatores que atuam diferentemente no processo inflacionário.

Primeiramente partiram de três pressupostos principais para a formulação das ideias subsequentes. O primeiro conforme Bresser e Nakano (1984) é o pressuposto geral em que “... só é possível compreender a inflação, que assumiu caráter relativamente autônomo em relação ao mercado, se partimos do pressuposto de que ela é um fenômeno estrutural das economias capitalistas contemporâneas.” O segundo e o terceiro são expostos conforme a seguir:

“ Além desse pressuposto geral, dois outros pressupostos sobre o comportamento dos agentes econômicos deverão orientar nossa análise. O primeiro diz respeito à capacidade dos diversos agentes econômicos de manterem sua participação relativa na renda. Em uma economia moderna o pressuposto simplificador mais plausível é o de que trabalhadores, capitalistas-empresários, e capitalistas-rentistas dispõem de instrumentos para defender e eventualmente aumentar sua participação na renda. Os trabalhadores defenderão seus salários e os tecnocratas seus ordenados, geralmente de forma coletiva, embora setorialmente. As empresas privadas e estatais buscarão, isoladamente ou em grupos oligopolistas, manter sua taxa e suas margens de lucro. E os rentistas tentarão aumentar ou conservar seus juros ou aluguéis.”

“O segundo pressuposto é o de que todos os agentes econômicos em conjunto têm como objetivo manter uma taxa razoável de crescimento para a economia. Isto significa que serão fortemente refratários a políticas econômicas recessivas.” (Bresser e Nakano, 1984, p.7).

Em seguida, destacaram como fatores aceleradores da inflação, aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade; aumento da margem de lucro das empresas; e ainda, ao considerar uma economia aberta, a desvalorização cambial; e o aumento no custo de bens importados. Considerando no modelo o Estado, o aumento dos impostos.

Considerando uma economia simplificada, em que diante da teoria de mark-up, se utiliza o modelo abaixo:

$$\Delta p = \Delta w - \Delta q + \Delta m$$

A variação de preços  $\Delta p$ , dependerá da variação na taxa de salários  $\Delta w$ , deduzido o aumento da produtividade,  $\Delta q$ , e/ou da variação da margem de lucro,  $\Delta m$ . Assim, este modelo exemplifica que a inflação implica sempre um conflito distributivo. Estabelece também, que a aceleração inflacionária depende do aumento das margens de lucro dos capitalistas ou dos salários reais dos trabalhadores.

Podendo assim, o aumento das margens de lucro e/ou dos salários reais acima da produtividade, ter como causa quatro fatores: excesso generalizado da demanda agregada em relação à oferta, em circunstância de pleno emprego e esgotamento de capacidade ociosa (inflação Keynesiana); estrangulamentos setoriais na oferta (inflação estrutural); aumentos autônomos de preços ou salários devido ao poder de monopólio das empresas ou dos sindicatos (inflação administrativa); redução na produtividade do trabalho (inflação de custos) (Bresser e Nakano, 1984).

Desta maneira, após o exposto acima os autores introduzem os fatores mantenedores da inflação, em que como estabelecido do pressuposto geral, uma vez iniciado o processo inflacionário, dado uma economia capitalista moderna, existem mecanismos que induzem a

manutenção das taxas inflacionárias. Tais fatores são definidos pelos autores como o conflito distributivo e a indexação formal e informal.

Como descreve Rego (1986), o fator do conflito distributivo será mantenedor da inflação uma vez que agentes econômicos, relativamente satisfeitos com sua participação na renda, adotam uma posição defensiva, procurando mantê-la. E o fator indexação tem como característica a manutenção de níveis inflacionários, na medida em que não acelera, mas simplesmente mantém as margens de lucro e salário real. Em que uma economia indexada provocará um efeito multiplicador de preços que só se esgotará quando todos os preços houverem subido na mesma proporção que o aumento inicial.

## **CAPÍTULO II – Elaboração e Implementação do PAEG**

O início do regime de exceção imposto ao Brasil no ano de 1964, tem como sua principal marca econômica a dificuldade de estabilização da alta dos preços. Tal dificuldade ao qual o país se encontrava, foi responsável pelo estabelecimento do que veio a ser a principal diretriz de política econômica do governo Castello Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

O presente capítulo tem por objetivo a análise da elaboração e implementação do PAEG, de maneira a formular uma compreensão dos objetivos anti-inflacionários conquistados e dos impactos econômicos gerados. Em termos mais específicos, este, fundamentará a análise detalhada, no próximo capítulo, da política fiscal implementada.

A estrutura do capítulo dar-se-á de forma a apresentar o contexto histórico, a execução e objetivos do PAEG, e por fim os impactos e legados do plano.

### ***II.1 - Contexto Histórico***

Ao analisar-se o panorama político-econômico ao qual o Brasil vinha sendo submetido, fica a clara observação que ao final da década de 1950 a inflação brasileira inicia um processo de aceleração em um ritmo sem precedentes. É sabido que o governo de Juscelino Kubitschek foi um dos principais responsáveis por tal direcionamento do processo inflacionário, terminando seu mandato em meio a violentas pressões inflacionárias de ordem monetária, fiscal e salarial, reprimidas por diversos controles de preços e de taxas cambiais. Em seguida, o governo de Jânio Quadros sancionou forte onda de inflação corretiva, em uma tentativa de restaurar ao sistema de preços sua eficiência e representatividade, contudo estabelecendo também em um segundo momento, uma dura política de estabilização. Todavia, o governo de Jânio teve rápida passagem no cenário político histórico brasileiro, não havendo a concretização do segundo momento. Entrou em cena o governo de João Goulart, em que houve um relaxamento nas formas de controle monetário, fiscal e, sobretudo salarial. A variação dos preços, indicadas por taxas que em 1960 estavam em torno de 30%, registrou um aumento para a ordem dos 80% em 1963. Em 1964, o primeiro trimestre teve uma alta de

preços, conforme alguns índices, que chegou a 25%, o que corresponderia a uma inflação anualizada de 144% (SIMONSEN e CAMPOS, 1975).

Em 31 de março de 1964, diante de um golpe militar que retirou do governo o então presidente João Goulart, foi instituído no país um regime de exceção, tendo assumido, em 15 de abril do mesmo ano, o governo, o marechal Castello Branco. Este teve como ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, Roberto Campos e Octavio Bulhões. Tais ministros, economistas de perfil ortodoxo, traçaram um modelo de política econômica em que o combate gradual à inflação, a expansão das exportações e a retomada do crescimento, seriam os principais objetivos desta política. Contudo, se observava no início de tal período um cenário de desequilíbrio monetário e externo, que levou a política econômica a desempenhar uma orientação restritiva (HERMANN, 2005).

É importante destacar que o regime de exceção instituído forneceu a dimensão autoritária na qual uma política econômica de estabilização pode ser traçada de maneira mais severa. O regime militar brasileiro possibilitou a aplicação de políticas econômicas, definidas sem a necessidade de consensos democráticos e respaldo popular. Tal característica estabeleceu certa base estável para execução do PAEG. Estabeleceu também, como observado, a característica de continuidade das diretrizes econômicas pós Castello Branco.

A relação entre o autoritarismo e as políticas econômicas adotadas neste período é muito bem demonstrada por HERMANN (2005):

“A continuidade no campo da política econômica foi, em grande parte, reflexo da continuidade política do período. Diante da forte repressão a manifestações da sociedade civil e mesmo à atuação de partidos políticos, a visão de política econômica do governo não encontrava resistência formal, impondo-se à sociedade e aos demais poderes da União, (...). Com relação ao empresariado, não havia motivos para resistência, já que a política econômica do período de 1964-73 (especialmente a partir de 1968) foi, em geral, favorável aos lucros em detrimento dos salários. Nesse sentido, (...), o Brasil de 1964-73 ilustra um caso de nítida ausência de correlação entre democracia e desenvolvimento e de alta correlação entre autoritarismo e reforma econômica.” (Hermann, 2005, p.70)

## ***II.2 - PAEG: Objetivos e Execução***

Como exposto acima, a elaboração da política econômica após a revolução de 64, ficou a cargo do ministério econômico composto por Bulhões e Campos, ministros, respectivamente, da Fazenda e do Planejamento. O Plano de Ação Econômica do Governo teve como sua fundamentação o diagnóstico ao qual Roberto Campos apresenta em fins de

abril de 64, linhas de ação para superação da crise. Assim Campos estrutura como principal diretriz de atuação governamental a criação de um plano de combate emergencial a inflação.

Uma das principais características de tal plano se destaca como o diagnóstico inflacionário que estabeleceu o fundamento ao qual direcionava a execução do PAEG. Diagnóstico este em que Campos avalia o processo inflacionário como de responsabilidade primordial dos déficits governamentais e da continua pressão salarial (CAMPOS, 1994).

Desta maneira, uma vez estabelecido, este diagnóstico guiou a execução do plano de forma que instrumentos de política econômica foram utilizados com caráter rígido a fim de cumprir metas e objetivos estabelecidos.

Como destaca RESENDE (1990), o PAEG apresentava dentre seus objetivos, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 62/63; controlar de forma gradual o processo inflacionário; diminuir diferenças setoriais econômicas, bem como desequilíbrios sociais por meio de melhorias de condições de vida; diante de uma política de investimentos, assegurar oportunidades de emprego produtivo à mão de obra; e a correção de tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos.

Para tanto, instrumentos de ação seriam utilizados, entre eles se destacam a política financeira, na qual se compreendia uma política de redução do déficit de caixa governamental, reduzindo a pressão inflacionária resultante e ainda fortalecendo a capacidade de poupança nacional; uma política tributária com objetivo de fortalecimento da arrecadação e de combate à inflação; uma política monetária coerente com os objetivos gradualistas de redução da inflação, entretanto, evitando retração do nível da atividade produtiva e da capacidade de poupança das empresas; uma política bancária objetivando o fortalecimento do sistema de crédito; uma política de investimentos públicos, com orientação ao fortalecimento da infraestrutura econômica e social do país.

Em termos de política econômica internacional, foram traçados objetivos que compreendiam uma política cambial e de comércio exterior que visavam à diversificação das fontes de oferta e o incentivo às exportações; uma política de consolidação da dívida externa e de restauração do crédito do país no exterior; uma política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros, em que haveria cooperação técnica e financeira com outros países, em especial com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso.

Pode também entender-se como política de produtividade social aquela que compreendia uma política salarial que objetivava a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico, entretanto permitindo uma sincronização com o

combate a inflação, tanto do lado da procura como dos custos, possibilitando também a proteção da capacidade de poupança.

Diante da exposição dos objetivos, percebe-se que o plano tinha por característica além do combate a inflação, a preocupação com a manutenção e recuperação das taxas de crescimento da economia.

No que tange a observação mais detalhada do diagnóstico inflacionário como exposto mais acima, se percebe que as formas de combate foram definidas perante os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas, e aos aumentos salariais.

Definiu-se assim o tripé de execução ao combate a inflação. Tendo por tais, a contenção dos déficits governamentais, em que o papel da união seria de saneamento de suas finanças, realizando o corte de despesas não prioritárias e racionalizando o sistema tributário e sua arrecadação, restaurando também o prestígio da dívida pública; uma política salarial de tal modo que o crescimento do salário real observasse uma proporcionalidade ao aumento de produtividade e aceleração do desenvolvimento; e por fim uma política de crédito às empresas que fosse suficientemente controlada, de forma a impedir excessos da inflação de procura, contudo suficientemente realista para adaptar-se a inflação de custos (SIMONSEN, 1970: 23).

Foram estabelecidas, dentro das diretrizes expostas acima, intenções quanto ao controle inflacionário para os anos de 64, 65 e 66. Previa-se para 1964, uma inflação da ordem de 70%, para 65, uma taxa de cerca de 25%, e em 66, algo em torno de 10%. Tais previsões deveriam ser consideradas mediante um crescimento de produto real dentro das previsões e a velocidade de circulação da moeda mantendo-se estável.

### ***II.3 - Impactos e alcance dos objetivos do Plano***

Em termos da execução da política salarial, pode-se assinalar que, dentro dos objetivos estabelecidos, a execução desta apresentou-se como uma das mais bem estruturadas no combate a inflação. Tal característica é em grande parte devido à reestruturação da forma de cálculo de reajuste dos salários, introduzindo um fator eficiente em termos de repressão à inflação de custos, contudo, introduzindo também um fator político com a marca da capacidade autoritária de estabelecer políticas restritivas.

Uma descrição concisa na forma dos reajustes é bem fornecida por Andre Lara Resende:

“(i) deveria ser restabelecido o salário médio real dos últimos 24 meses anteriores ao mês do reajustamento; (ii) sobre o salário real médio, deveria incidir a taxa de produtividade; (iii) cumpria acrescentar a metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário); e (iv) ficava estabelecido o princípio da anuidade dos reajustes.” (Resende, 1990, p.217)

Assim, diante a um ambiente político autoritário, o debate e a luta dos sindicatos, bem como seu poder de barganha, apresentava-se quase com neutralidade. De tal forma que as negociações entre empregadores e trabalhadores foram substituídas pela forma de reajuste fornecida pelo governo.

Desta forma, a política salarial do Plano apresentou-se de maneira bem restritiva, não só pela formula de reajuste, mas também pelo período de referência adotado para o cálculo do salário real. O mecanismo utilizado em que se constituía a correção pela média, e não pelo “pico” do salário real, mostrava-se coerente como estratégia para conter o conflito distributivo. Uma correção pelo pico repunha integralmente a inflação acumulada desde o ultimo reajuste, obtendo como consequência a transferência de renda dos lucros para os salários, gerando assim novas demandas de correção de preços por parte do setor empresarial. Já a correção pela média do salário real dividia o ônus da inflação entre empregados e trabalhadores, contribuindo assim na contenção do conflito distributivo, observando que a formula de divisão fosse bem aceita pelas duas partes (HERMANN, 2005).

No que tange a execução da política de contenção dos déficits governamentais, pode-se analisar que as medidas foram implementadas de forma coerente e rígida aos objetivos traçados. Tal execução será analisada a posteriori no próximo capítulo.

Quanto à política de crédito ao setor privado, tal foi estruturada diante de um critério em que a expansão dos empréstimos ao setor privado deveria respeitar um critério de proporcionalidade ao aumento dos meios de pagamento. Entretanto, o consenso geral por volta de 1964, observava um nível real de empréstimos ao setor privado, já bastante reduzido, em consequência da generalizada inflação de custos. De tal modo que uma redução para patamares menores do que aquele nível, provavelmente provocaria uma crise de estabilização que naquele momento era tanto socialmente indesejável como politicamente insustentável. O Plano então optou por compreender o multiplicador de expansão monetária como uma espécie de equação de restrição, tratando os empréstimos ao setor privado como variável induzida no processo de estabilização. Assim, na medida que o governo realizasse a contenção de déficits proposta, menor seria a expansão primária dos meios de pagamento, sendo menor a expansão de crédito às empresas. A demanda das empresas por aumento de crédito decorria principalmente das altas de preço. Tais aumentos deveriam ser proporcionalmente menores na

medida que mais leve fosse a expansão dos meios de pagamento, o que por conseguinte reduziria as necessidades das empresas de elevação dos empréstimos. A proposta do plano identificava assim, uma relação de interdependência entre uma das causas de expansão monetária e a expansão como um todo, de tal forma que tal relação ficasse inalterada (SIMONSEN, 1970: 26).

## **CAPÍTULO III - Política Fiscal no PAEG**

Uma das principais diretrizes de execução do PAEG refere-se ao diagnóstico inflacionário que o então ministro Roberto Campos apresentou ao presidente Castello Branco, no qual a contenção dos déficits públicos assumiria caráter prioritário no combate a inflação.

O presente capítulo tem por objetivo a análise mais detalhada da política fiscal implementada durante o período de execução do PAEG. Tal análise será fundamentada em descrições qualitativas e quantitativas, expostas por autores que desempenharam importante papel em termos analíticos e de pesquisa sobre o tema e período.

### ***III.1 - Estratégia e Objetivos***

Ao longo deste trabalho já foi exposta, em linhas gerais, a análise do processo inflacionário ao qual o Plano de Ação Econômica do Governo estabeleceu objetivos e diretrizes para o combate a inflação. Contudo, cabe agora uma análise mais detalhada das estratégias e objetivos que nortearam a aplicação da política fiscal.

Em termos de diagnóstico das causas do processo inflacionário, se estabeleceu que os déficits governamentais e a contínua pressão salarial desempenhavam papéis primordiais na alta dos preços.

Assim, o PAEG estruturou como um dos objetivos principais, uma progressiva contenção dos déficits governamentais, através de um esforço estatal para o corte de despesas não prioritárias; através de correções dos déficits de autarquias e de sociedades mistas, no intuito de liberar recursos para investimentos básicos; e ainda uma reestruturação e racionalização do sistema tributário, tornado sua arrecadação mais eficiente. Caracterizava-se também como objetivo de política fiscal a restauração do prestígio da dívida pública, utilizando esta como importante ferramenta ao equilíbrio monetário-fiscal.

Mario H. Simonsen explicita de forma clara a importância do objetivo de contenção do déficit público:

“A prioridade concedida ao corte dos déficits públicos, além de trivialmente ortodoxa, parecia bastante realista. Em 1963 o déficit da União ultrapassara 5% do produto interno bruto, percentagem que ameaçava aumentar em 1964. A busca do equilíbrio, ou pelo menos do menor desequilíbrio orçamentário via aumento de impostos e cortes de despesas, era o ponto

de partida natural para o estancamento do principal foco da inflação do lado da procura.”  
(Simonsen, 1970, p.24)

Como descreve HERMANN (2005), neste período houve uma reforma tributária cuja estratégia estava em linha com os objetivos descritos acima. Pretendia-se através de tal reforma a redução de custos operacionais da arrecadação, a eliminação de impostos de pouca relevância financeira, e ainda o estabelecimento de uma estrutura tributária capaz de incentivar o crescimento econômico. De tal modo, dentre as medidas implementadas, destacam-se a instituição da arrecadação de impostos através da rede bancária; a criação do Imposto Sobre Serviços (ISS), de arrecadação municipal; substituição do imposto estadual sobre vendas, incidente sobre o faturamento das empresas, pelo ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), cuja incidência se daria apenas sobre o valor adicionado em cada etapa de comercialização do produto; ampliação da base de incidência do imposto de renda; criação de mecanismos de isenção e incentivos a atividades consideradas prioritárias pelo governo, como aplicações financeiras, para estímulo de poupança e investimentos em regiões e setores específicos; e ainda a criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ao qual se estabeleceria um repasse de parte de impostos arrecadados em nível federal.

Pode-se destacar que do ponto de vista distributivo tal reforma foi regressiva, beneficiando as classes de renda mais alta, com incentivos e isenções sobre o imposto de renda. A maior parte do aumento de arrecadação foi obtida via impostos indiretos, penalizando as classes de baixa renda. É importante destacar também, que esta reforma atribuiu um caráter centralizador no sistema tributário brasileiro, tendo sido limitado o direito dos estados e municípios de legislar sobre tributação. Tais direitos ficaram restritos, em nível estadual, ao imposto sobre transmissão de imóveis e ao ICM, e em nível municipal ao ISS e ao IPTU (HERMANN, 2005).

Ressalta-se, porém, que a aplicabilidade de tal reforma foi possível diante do regime político ao qual se observava no período. Conforme destaca Jennifer Hermann:

“Nessas condições, o êxito da reforma no sentido de aumentar a carga tributária, (...), deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas voltadas para esses fins como ao regime autoritário vigente. Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade em um regime democrático.” (Hermann, 2005, p.75)

Assim, diante das diretrizes do PAEG e da reforma implementada, estabeleceram-se metas quantitativas para a contenção dos déficits orçamentários. Em termos de finanças públicas o governo em 1964 programou seu orçamento de modo que o déficit ficasse em torno

de 753,3 milhões de cruzeiros. Tal montante, embora bem elevado, representava uma sinalização de um verdadeiro esforço orçamentário, uma vez que o déficit previsto na época da revolução poderia chegar ao patamar de dois bilhões de cruzeiros. O Planejamento da despesa neste ano foi baseado no corte de boa parte da despesa variável não obrigatória. E o planejamento da receita, nos aumentos do imposto de renda e de consumo, aprovados em meados do ano. Já para 1965, o PAEG previu uma despesa de Cr\$ 3.778 milhões e uma receita de Cr\$ 3.000 milhões, planejando assim, um déficit de Cr\$ 778 milhões, sendo levemente superior em termos nominais a 64, entretanto em termos reais, inferior em cerca de um terço (SIMONSEN, 1970).

Desta maneira, os objetivos propostos pelo Plano, em termos fiscais, deveriam observar uma execução de política fiscal rígida, de forma a contemplar de maneira efetiva as metas traçadas.

### ***III.2 - Execução e Impacto da Política Fiscal***

A execução dos objetivos propostos direcionou-se em um efetivo esforço estatal para a realização das metas estabelecidas. Tal esforço e disciplina orçamentária foram vistos principalmente em 1964, em razão de uma medida aplicada antes mesmo da concepção dos objetivos e estratégias do PAEG. Logo no início do governo Castello Branco houve um aumento dos funcionários militares e civis em patamares muito superiores à alta do custo de vida desde o último aumento, ocasionando um custo ao governo na ordem de 600 milhões de cruzeiros. O aumento em si, era socialmente necessário, entretanto, não nos níveis em que foi concedido, o que caracterizava um não alinhamento com as intenções anti-inflacionárias da política econômica.

Assim, este aumento salarial não condizente com os objetivos de combate a inflação, forçou, que o controle do déficit público fosse realizado, principalmente, via aumento dos impostos e via redução de investimentos governamentais.

É importante destacar que, apesar da aplicação errônea dos aumentos salariais, houve um verdadeiro esforço governamental no ano de 64, para que a contenção do déficit público fosse efetiva. Deste modo, foram cortados 360 milhões de cruzeiros de despesas orçamentárias. Foram também limitados os créditos especiais e extraordinários, e houve um reforço de receita, por meio da criação de obrigações reajustáveis, pelo aumento dos impostos de renda, consumo e selo, e pela correção monetária dos débitos fiscais. Através de tais

medidas, houve, em meados do ano, um ajuste das previsões em que se fixava o déficit de caixa da União em Cr\$ 753,3 milhões. A execução orçamentária foi feita de forma eficiente, demonstrando precisão em relação a previsão estabelecida (SIMONSEN, 1970).

Mario H. Simonsen descreve tal execução:

“Em relação a este programa, a execução orçamentária foi admiravelmente precisa. Tanto a receita, quanto a despesa e o déficit se ajustaram quase exatamente às previsões, (...)” (Simonsen, 1970, p.30)

Em termos nominais o déficit de caixa registrado em 64, foi de 748,2 milhões de cruzeiros, superior nominalmente ao de 63, 504,7 milhões. Entretanto, em termos reais foi sensivelmente menor. Uma análise em percentagem do PIB demonstra que o déficit em 64, foi de 4,0%, contra 5,1% em 63. Ao levar em conta tanto a herança inflacionária deixada pelo governo anterior e o aumento salarial dos funcionários efetivado no início do governo, observa-se que o esforço estatal de controle orçamentário, foi realizado de forma bem eficiente (SIMONSEN, 1970).

#### Quadro 1: PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1964

Valores em Cr\$ milhões

ITEM	Valores Programados	Valores Realizados
Receita	1.900,0	1.888,9
Despesa de Caixa	2.653,3	2.637,1
Déficit de Caixa	753,3	748,2

Fonte: Simonsen, (1970)

O ano de 1965 apresentou um resultado fiscal que superou as próprias expectativas do governo. As diretrizes de política fiscal que estabeleceram tal resultado foram calcadas nos cortes efetuados na despesa e nos aumentos da carga tributária. Segundo a previsão orçamentária o ano de 65 apresentaria um déficit de 774,9 milhões de cruzeiros, entretanto o déficit de caixa realizado foi de Cr\$ 587,9 milhões, aproximadamente 187 milhões abaixo do previsto. É também importante destacar que o financiamento do déficit foi realizado em sua

maior parte pela colocação de Obrigações Reajustáveis junto ao público, amenizando a pressão prevista sobre o Banco Central (SIMONSEN, 1970).

Quadro 2: Resultados Orçamentários em 1965

ITEM	Previsão Orçamentária (Cr\$ milhões)	Resultado Efetivo (Cr\$ milhões)
Receita	3.000,0	3.140,3
Despesa	3.774,9	3.728,2
Déficit	774,9	587,9
a) Colocação de Títulos	76,9	323,3
b) Financiamento das Autoridades Monetárias	698,0	264,6

Fonte: Simonsen, (1970)

O ano de 1966 apresentou uma política fiscal em que o governo executou um aumento de receita na ordem de 61,1%, sendo tal aumento, sobretudo na parte relativa aos impostos indiretos, cuja arrecadação beneficiou-se da reativação industrial. Assim, observou-se um déficit de 587 milhões, o que representa o mesmo valor nominal de 65, correspondendo desta forma a uma queda real de 30%. Destaca-se também que apenas 13,6% do déficit foram financiados através do endividamento do tesouro com as Autoridades Monetárias, sendo o restante coberto pelas Obrigações Reajustáveis e por outros meios (SIMONSEN, 1970).

Desta forma, através das análises expostas acima, baseadas principalmente nos autores Mario Henrique Simonsen e Jennifer Hermann, conclui-se que diante da proposição do Plano de uma estratégia ortodoxa referente à contenção dos déficits públicos como ferramenta primordial no combate a inflação, tal execução de controle orçamentário foi efetuada de maneira eficiente e objetiva.

Em termos da parcela correspondente ao controle inflacionário nos anos 64-66, a política fiscal apresentou um papel fundamental, para que a política anti-inflacionária fosse aplicada de maneira coerente com os objetivos previstos. Muito embora as metas inflacionárias não tenham sido cumpridas de maneira eficiente, como visto na política fiscal, o

PAEG deixou um legado em termos de execução de política econômica em que se pode dizer que talvez tenha tido uma maior representatividade do que a redução da inflação em si.

## CONCLUSÃO

O objetivo proposto primordialmente por este trabalho foi a análise da elaboração e implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), bem como o exame mais detalhado da política fiscal executada no mesmo período. Como base analítica para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas obras de autores, cuja importância teórica e pesquisadora, estabeleceram pontos de referência a cerca do tema aqui estudado.

De tal maneira, a partir da âncora teórica estruturada no primeiro capítulo, no qual é desenvolvida uma revisão a respeito das principais correntes teóricas sobre inflação, constituiu-se o caminho para a análise do contexto, elaboração e aplicação do plano econômico denominado PAEG.

As principais linhas de pensamento desenvolvidas foram em relação ao entendimento da necessidade de aplicação de uma política econômica de controle inflacionário, bem como o diagnóstico em que se elaboram os objetivos e estratégias do Plano.

Através de uma perspectiva crítica do capítulo dois, observa-se que a importância do PAEG transcendeu o caráter de realização de progressiva redução inflacionária, e mais que isso, representou um marco de aplicabilidade de ações político-econômicas no controle da inflação. Entretanto, fica claro também, que a capacidade de ação governamental em seus principais objetivos teve alta correlação com o regime autoritário ao qual se observava no período. Tal correlação é advinda em sua maioria de objetivos e metas cujas necessidades restritivas se mostravam claras. Assim, mediante a capacidade de imposição de tais medidas o governo executou de forma rígida seus principais objetivos.

A partir da análise estruturada no capítulo três, se conclui muito pelos fatores políticos apresentados acima, que a política fiscal notadamente foi executada de forma altamente eficiente e respeitando os programas orçamentários traçados. Podendo ser assim afirmado que talvez um dos maiores êxitos do governo Castello Branco tenha sido na aplicação da política fiscal, sendo esta responsável por uma diminuição significativa dos déficits governamentais e ainda por uma reforma tributária em que se racionalizou o sistema de arrecadação e o centralizou no âmbito federal.

Por fim, através do desenvolvimento analítico do presente trabalho, desde a exposição teórica feita no primeiro capítulo até a demonstração da aplicação em si das medidas anti-

inflacionárias, tem-se a capacidade de inferir que o Plano de Ação Econômica do Governo representa, em termos da política econômica brasileira, um novo marco de implementação de políticas referentes ao controle do processo inflacionário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIDA, P. et al. Neutralizar a inflação, uma ideia promissora, In: In: REGO (org.) *Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIELSCHWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. *Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação*. Revista de Economia Política, v. 4, nº 1, janeiro a março de 1984.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. *Inflação inercial e curva de Phillips*. Revista de Economia Política, v. 6, nº 2, janeiro a março de 1986.

BRESSER, L. C. *Economia Brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARVALHO, F. C. et al. *Economia Monetária e Financeira: Teoria e política*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.B.; HERMANN, J. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

LARA RESENDE, A. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU (org.) *A Ordem do Progresso – Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MELO, H. P.; PINKUSFELD, C. B.; ARAÚJO, V. L. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, M. M. (org.) *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

PERINGER, A. M. *Monetarismo x Keynesianismo x Estruturalismo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.

PINKUSFELD, C. B. Inflação e estabilização. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (org.) *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

REGO, J. M. et al. Teoria Sobre Inflação: Uma Abordagem Introdutória. In: REGO (org.) *Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SERRANO, F. *O Conflito Distributivo e a Inflação Inercial*. Revista de Economia Contemporânea, v.14, n.2, 2010.

SIMONSEN, M. H. *Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro: Apec Editora, 1970.

SIMONSEN, M. H. A Política Anti-inflacionária. In: SIMONSEN, M.H.; CAMPOS, R. O. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.